

I Congresso Internacional da África Lusófona,
Democracia e Desenvolvimento na África Lusófona

Magnífico Reitor da Universidade Lusófona, Prof. Dr. Fernando Santos Neves
Respeitável Moderadora
Distintos convidados,
Caros participantes,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Permitam-me que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento pelo honroso convite que nos foi formulado pela comissão organizadora deste evento.

À semelhança dos meus predecessores, permitam-me saudar igualmente a iniciativa que se inscreve na corrente de actividades organizadas pela Universidade Lusófona, tendo África como centro. Dadas as frequentes e diversificadas actividades em torno de temas relacionados com África, a Universidade Lusófona está cada vez mais a tornar-se, uma verdadeira Embaixada da Lusofonia.

O tema que nos foi proposto é da maior importância para o presente e para o futuro da África Lusófona, pois situa-se no cerne da entidade chamada lusofonia. Sem educação de novas gerações, no espírito e nos sonhos da lusofonia, a ambição de construir e reforçar a sustentabilidade da ideia, corre-se sérios riscos de não conseguir fazer frutificar e tornar perene a nobre intenção. Sem investigação, sem uma pesquisa constante de novos rumos e de novos desafios nos diferentes domínios da vida comum, a lusofonia não poderá inscrever-se de forma sustentável, na modernidade e na globalização, cujo impulso para a uniformização, tende a ameaçar novas identidades, especialmente as não dotadas de grandes vitalidade e recursos.

Os países africanos de língua oficial portuguesa acederam à independência há 3 décadas, tempo escasso na historiografia humana, para que se produzam câmbios essenciais na vida dos povos dos nossos países dado que se teve que remar contra a maré, tendo como ponto de partida uma política colonial assimilacionista, a que estivemos submetidos no passado. Ontem ouvimos neste salão, num extraordinário olhar sobre o processo de descolonização apresentado pelo Dr. António de Almeida Santos bem como os comentários do Prof. Dr. José Filipe Pinto, sobre a experiência comum de democratização na África Lusófona. Esses dois testemunhos apenas, seriam suficientes para demonstrar a complexidade e as dificuldades inerentes aos processos de democratização, que os nossos países estão a fazer, em zonas geopolíticas diversas e em conjunturas quase sempre desfavoráveis em que vivemos, desde que as então colónias portuguesas seguiram os exemplos das independências da Libéria e do Ghana, meio século atrás. Na maioria dos nossos países, ao mesmo tempo que se edificava os novos estados, teve que se promover a construção da nação, num contexto pluri étnico, cultural e linguístico, para apenas citar esses factores, incontornáveis a considerar, nessa epopeia humana de constantes e avultados desafios.

Assim, logo após a independência, e porque o sistema educativo encontrado não respondia ao mínimo das intenções proclamadas durante a luta de libertação nacional, nem às exigências de desenvolvimento almejados pelos nossos povos, teve que se investir fortemente, no alargamento do sistema de ensino, na alfabetização e na formação e qualificação de professores, cujo número era de 14 diplomados com o Magistério Primário, quando assumimos o Ministério da Educação da Guiné-Bissau, a 10 de Setembro de 1974. Nas zonas libertadas formara-se um maior número de quadros do que o sistema colonial formara na sua longa permanência em África, revelando-se no entanto largamente insuficiente e inadaptado, para responder aos desafios e objectivos fixados pelo partido de Amílcar Cabral, na construção de um estado forte e progressista.

Queremos saudar a disponibilidade do Portugal democrático e em especial de muitas pessoas individuais como sejam a Dra. Fátima Proença, a Dra. Luísa Teotónio Pereira e o Prof. Dr. Luís Moita entre outros jovens portugueses que, galhardamente, trouxeram a sua prestimosa colaboração através da cooperação portuguesa e da CIDAC. Com outros apoios significativos, como o de muitos estudantes guineenses e cabo-verdianos assim como o do Prof. Paulo Freire e a equipa do IDAC, procuramos desbravar caminhos que nunca antes tinham sido percorridos. Lembro-me com saudade e entusiasmo, daqueles tempos em que quisemos mais do que reformar, transformar em profundidade o sistema de ensino, tão grande era o

divórcio entre o que os programas portugueses nos ensinavam e aquilo que considerávamos necessário e inadiável fazer, para a criação do Homem Novo, que era o objectivo maior da política educativa.

Hoje, passados 3 décadas e conquanto no plano internacional se tenha realizado dois grandes fóruns internacionais, em Jomtien em 1990 e em Dakar em 2000, os países africanos de língua oficial portuguesa, debatem-se com problemas sérios para alcançar os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, em particular o meu país, a Guiné-Bissau. Porquê, pergunta-se?

Na minha modesta opinião, uma explicação seria que, para além dos problemas técnicos e de recursos humanos qualificados, o nó górdio parece-nos ser, a falta ou insuficiente vontade política e uma visão nacional, alicerçada num desígnio nacional partilhado. Com efeito, se do ponto de vista técnico podemos queimar etapas, como gostávamos de dizer noutros tempos, o conteúdo, os fins e a filosofia subjacentes a todas as políticas, programas e estratégias, têm que ser inventadas e construídas pelos nacionais, com assessoria estrangeira, caso se revele necessária e jamais com os célebres sistemas de chave na mão, como foram no passado aceites ou impostos, pelas grandes agências, quer nacionais, quer internacionais ou privadas. Proceder dessa forma não significa nenhum chauvinismo mas antes, constitui o reconhecimento de que para criar, para nutrir experiências, impõe-se participar e arbitrar as afectações prioritárias, alicerçadas na cultura do povo interessado e beneficiário das inovações.

Se esta reflexão é válida para os países individualmente, parece-me ainda mais pertinente para espaços comuns como a lusofonia e outras entidades aglutinadoras semelhantes. Não obstante faltarem ainda muitos elementos características de nação nas entidades em construção nas nossas terras, como sejam a identidade e coesão nacionais, o patriotismo e orgulho nacionais, a solidariedade, a língua nacional ou veicular, a convivialidade entre outros, será muito mais difícil conseguir os consensos necessários à definição daquilo que deveriam ser os valores a serem inscritos nos conteúdos escolares dos países da CPLP, capazes de galvanizar os nossos jovens e os nossos Estados, na busca para a materialização da constituição da cidadania lusófona. O objectivo no nosso entender, não é buscar a uniformidade mas, tão só, incluir a pitada de sal necessária, para temperar a identidade inclusiva, que deve ser construída. Costumo dizer que as nossas crianças, veja-se os nossos estudantes, devem ser como a planta do arroz, com os pés bem enterrados na água (a matriz cultural do estudante) e a cabeça bem exposta ao sol (os conhecimentos adquiridos pela humanidade, venha donde vier) para poderem produzir a síntese a nível das mentes, factor essencial para a sua integração no mundo global em plena evolução. Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos e Mário de Andrade entre outros, fizeram a re-africanização dos espíritos, antes de se lançarem na exaltante e gigantesca epopeia, que iria conduzir à libertação impensável nesse então, das suas respectivas colónias.

Não podemos nem devemos, sem enormes prejuízos pessoais e colectivos, escudar-nos no saudosismo do passado nem tão pouco perder a alma, como foi o objectivo da educação colonial, bem expressa ontem pelo Dr. Almeida Santos, que era a produção de pretos de alma branca, lembrando a argumentação do grande Frantz Fanon, se queremos estar à altura do chamamento da história. Ontem o apelo era o da libertação nacional, hoje é o do combate à pobreza, à libertação económica e social, à integração humana.

A educação e formação de novas gerações exigem empenho, sabedoria, partilha e tanto quanto possível, a identificação correcta dos conteúdos, dos valores, das orientações e das estratégias que queremos inculcar, quer aos jovens quer aos participantes em geral, do processo educativo, na aceção dinâmica preconizada por Paulo Freire.

Sob o título "O Paradoxo dos Estudos "Verdes"" é opinião de Leonardo Waks, que não estamos contentes com a sociedade em que vivemos. Eduardo Chaves, Professor de Filosofia da Educação e Teoria do Conhecimento da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) diz estar plenamente de acordo (embora divirja de Waks em relação às razões pelas quais a nossa sociedade deixa a desejar). As características que ele menos aprecia na nossa sociedade industrial (ou pós-industrial) são o individualismo, a competitividade, o materialismo, o consumismo, a degradação do meio ambiente, a ignorância, a superficialidade e a passividade política das pessoas. Em substituição a essa, Waks gostaria de ter uma sociedade menos individualista e competitiva, que desse mais ênfase à cooperação entre as pessoas, em que seres humanos bem informados vivessem em paz com a natureza e envolvidos na melhoria da qualidade de vida de todos e se conduzissem não em função do consumo material, mas sim em função de valores mais elevados. Mais à frente acrescenta: "Waks enfatiza (a meu ver correctamente) que, para que surja a nova sociedade que todos desejamos, não basta meramente dar uma "ajeitada" nesta

- fazer o que ele, apropriadamente, chama de um "techno-fix". Quem mexe apenas no detalhe, apenas em partes, demonstra, de certa forma, estar satisfeito com o resto, deixa o todo como está.

Associado ao problema da educação surge um outro elemento essencial na construção da cidadania nos países africanos de língua oficial portuguesa e da CPLP em geral a saber, a investigação. A investigação, quer a fundamental quer a aplicada, quer a pesquisa aplicada pelos departamentos governamentais quer pelos projectos, necessita ser encarada com muita seriedade e determinação, bem como constituir uma preocupação tanto do secretariado da CPLP como de todos os seus órgãos de soberania.

Impõe-se fazer um grande esforço na retenção de técnicos, investigadores e as competências nacionais nos seus países de origem, de forma a evitar o êxodo dos cérebros de África para os paraísos dos países desenvolvidos, sem contrapartidas para os nossos frágeis e pobres países, que para mais, investiram na formação. Concorro com o matemático António Monteiro que, em Maio de 1944, frustrado com o atraso de Portugal, instigava as autoridades portuguesas, com a seguinte observação “Facultemos à nossa juventude o acesso aos centros de trabalho do estrangeiro, contratemos para o nosso país grandes investigadores, criemos à sua volta autênticos Institutos de Investigação, tudo num espírito de ampla visão e profundo sentido de responsabilidades; quebrems de vez com o peso da tradição, a frouxidão nacional, a rotina e teremos dado um passo decisivo para a elevação do nível de vida do povo”.

Essa observação de António Monteiro acompanhada de medidas pertinentes que ele mesmo aponta, parece-me correcto e eventualmente inspirador para a CPLP, que deve apostar na ciência e investigação, a meu ver fortemente, induzindo os países membros em especial os países africanos, a fazerem o mesmo, através das suas universidades, institutos e centros especializados.

Motivar e impulsionar o concurso da diáspora e das 2^{as} e 3^{as} gerações que crescem e se desenvolvem nos países europeus e americanos, sem benefício imediato para a maioria dos nossos países, devem merecer da parte da CPLP e dos seus estados membros, a maior atenção e carinho, estimulando a reflexão sobre todas as formas de contribuir, mesmo de longe, para os seus/nossos países. Com a revolução da informática e de outros meios de comunicação e informação, hoje é possível alcançar os locais mais longínquos e as mais pequenas e desfavorecidas comunidades, se formos capazes de investir no conhecimento, estimular e tornar mais barato e universal o acesso à Internet, permitindo e facilitando o intercâmbio e a mobilidade de cérebros. Sonhar é permitido e de momento, não paga imposto. As maiores realizações nasceram de sonhos, muitas vezes consideradas mirabolantes pelos contemporâneos. Como dizia o poeta, professor e historiador António Gedeão, cito “ Eles não sabem, nem sonham; que o sonho comanda a vida; que sempre que o Homem sonha; o mundo pula e avança; como bola colorida, entre as mãos de uma criança”.

Eis Minhas Senhoras e Meus Senhores, ilustres Professores e Distintos Convidados, algumas ideias que quis partilhar convosco em jeito de desafio à reflexão.

Parabéns Comissão Organizadora da Universidade Lusófona.

Tenho dito e muito obrigado.

Mário Leopoldo Cabral

Presidente do Conselho de Coordenação da Guineáspora
Tel. 96 854 1420 E-mail: cabralml@yahoo.com.br